

A Globalização no Campo Jurídico

DÉCIO XAVIER GAMA

Desembargador do TJ/RJ

1. INTRODUÇÃO

As transformações na economia, com modificações do processo do relacionamento entre povos, permitiram surgir mais estreita cooperação entre países que mantinham ligação cultural e de negócios, vizinhos ou não. Muitos passaram a adotar novas formas de utilização de produtos e serviços que resultavam da experiência trocada. Com isto, as pessoas multiplicavam mais e mais, os contactos principalmente de interesse comercial.

Ocorreu, de fato, lenta, mas continuamente, uma simplificação nas transações comerciais e na realização de negócios internos e externos. As nações, e, em alguns casos, regiões que englobam dois ou mais países, trataram de adotar procedimentos assemelhados que permitiam proveitos e custos mais reduzidos. Disto resultou enorme o crescimento do número de novos negócios e a busca de encontros para transações com parceiros que podiam até ser pouco conhecidos.

Essa tendência de uniformizar e universalizar procedimentos, que marca, às vezes, mais uma etapa de luta comercial, passou a ser denominada globalização. Cabe apontar a União Européia, como exemplo significativo que muito se destacou no século XX. De forma gradativa, países já com estreita convivência, ampliaram os entendimentos com mais outros do continente europeu, a partir de um acordo inicial sobre a exploração do carvão e do minério de ferro abundantes na região do RHUR que abrange Alemanha, França e Holanda. Tais entendimentos, sempre buscando o interesse comum

de cada país, permitiram que se chegasse, anos depois, à fantástica união aduaneira, industrial, comercial, de transportes, rodo-ferroviários, de comércio etc., que culminou com um sistema monetário comum dos dias de hoje. Caíram as barreiras e entraves de nacionalidades. Cada país consentiu em reduzir um pouco a sua soberania. São hoje 15 países com moeda única, que já aprovaram, em 13 de dezembro último, na reunião de Copenhagen, a futura incorporação de mais 10 novos membros situados no leste europeu. Com isto estimularam o adeus à Guerra Fria e à divisão político-ideológica do pós-guerra, que ainda perdurava até a queda do Muro de Berlim. A Europa globalizou-se!

Ao longo dos anos foram inegáveis os resultados altamente positivos. Contudo, novos problemas têm provocado debates com sérias divergências entre pessoas de certa parte da população, que não desfrutavam de benefícios da nova política global. Os debates chegaram às perturbações de ruas porque vinham carregados de tendências ideológicas. Proveito da experiência alheia nunca pode ser rigorosamente igual para todos. Sempre poderá haver os que avançam mais e os que pouco percebem a forma dos novos procedimentos globais.

A experiência e o maior progresso técnico-científico, ao longo de muitos anos, ultrapassaram fronteiras. O desenvolvimento em geral passou a se operar também por convergência de idéias ou por debates sobre interesse comum. A simples aproximação entre países e entre as populações, permitiam a observação de novos rumos do progresso no mundo. Por outro lado, a facilitação de contactos nos meios de comunicação, bem como a adoção comum de novos métodos de trabalho, despertaram ansiedade e interesses em conhecer melhores resultados por novos negócios. Todos pressentiram a nítida tendência para a internacionalização da economia.

O fenômeno da globalização se destacou facilmente no comércio internacional e na indústria. A esse respeito deve ser acentuado que a facilidade dos meios de transporte e de comunicação entre as pessoas gerou a ânsia de se lograr maior desenvolvimento de entidades privadas e de governos. O avanço daquele movimento tornou motivo bastante para a simplificação desejada pelas partes contratantes. Com a adoção de regras comuns, sobreveio a forma

de se chegar a tarifas e custos operacionais menores. Abria-se o campo propício, através do qual desenvolveu-se uma união cada vez mais sólida de negócios globalizados em toda a Europa, unida como se fosse um único país em todo continente.

Em muitos casos os países se tornaram interdependentes. Assim, produtos de imperiosa necessidade para o progresso dos povos, como petróleo, gás (GLP) gás veicular (GNV), energia elétrica, minério de ferro, os minerais nucleares e outros, que são encontrados em abundância apenas em alguns territórios, passaram a ser utilizados por muitos outros povos, através de vias permanentes, como em dutos transcontinentais, mediante investimento realizado por dois ou mais países. Há casos em que a mesma estrada de ferro percorre muitos países, bem como de linhas de transmissão de energia elétrica, túneis e pontes, que só existiriam pela conjugação de esforços comuns de dois ou mais Estados, porque, naturalmente, atendiam a interesses da mais de um deles. A maioria dos países da Europa sendo atendida pela Rússia com enorme volume de produtos energéticos (petróleo e gás), tornou-se dependente hoje daquele país, que por sua vez, tem hoje como dar saída àqueles seus produtos abundantes para exportação. Distanciam-se, assim, de divergências antigas, desaparecem animosidades. Surgem uniões para realização de novos negócios.

Muitos têm sido os debates e as opiniões divergentes sobre as vantagens ou desvantagens trazidas por tais acontecimentos, ou sejam acordos, convênios e novos negócios. De qualquer forma, ficaram demonstrados benefícios maiores na globalização para países mais ricos em detrimento de outros de menor expressão econômica. Colocaram-se muitos, assim, a favor e outros contra a globalização¹. Das divergências a respeito surgiram conflitos entre os que se puseram contra os rumos da globalização e as forças que tentavam coibir os excessos de movimentos radicais até mesmo com batalhas de rua. Configurou-se, em alguns casos, verdadeira luta político-ideológica. Foi o que ocorreu nas reuniões internacionais de Seattle, Montreal, Genebra, Nice, Davos, Quebec e mais recente-

¹ David Held & Anthony McGrew, Jorge ZAHAR, Edição de 2001.

mente em Gênova, com morte em atritos de manifestantes com a polícia.

Não fazia sentido, contudo, travarem-se batalhas contra a globalização. O que se deve admitir é o debate e a busca de soluções para a má distribuição de renda e o seu agravamento trazido com negócios globalizados. Melhor era que os países mais pobres reivindicassem outros benefícios nas relações modernas entre os povos e arrefecessem os litígios que se travaram em recintos fechados e se estendiam até as ruas para batalhas campais.

Não se entende, também, que alguém possa ser contra ou a favor da globalização, porque não se poderia dizer que aqueles benefícios ou malefícios resultaram todos de providências, medidas ou de qualquer política isolada, adotada ou imposta por um país, ou grupo de países.

Aquelas modificações globais foram paulatinamente introduzidas na vida das pessoas e de entidades, sendo aceitas, não raro, por acordo internacional. As ondas da globalização avançaram ao longo do tempo².

Bem ponderado, o fenômeno se espraia e sobrevive há muitos e muitos anos, ao longo de séculos, centenas ou milhares de anos. As invenções e outras criações do espírito despertaram o interesse em multiplicar lucros com a fabricação e venda em grande quantidade de produtos que não eram senão fruto de idéias surgidas com o estímulo do surto industrial em muitos países. A mundialização, como a denomina os franceses, passou a ocupar espaço definitivo na vida dos povos.

O crescimento da população e a atividade dos homens de negócios interagindo com dirigentes de outros países, provocam desde os tempos antigos o aparecimento de soluções antes desconhecidas. Não é fato novo. Embora o progresso resultante desses contactos internacionais mais freqüentes tenha sido persistente, o certo é que, somente caminhando o tempo até o decorrer dos últimos 50 anos, se acentuou o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais. Esse progresso global passou a ser a facilmente

² David Held & Anthony McGrew, citados.

notado. Muitas pessoas foram despertadas para o fenômeno quando a mídia passou a divulgar as queixas sobre disparidades de seus resultados e benefícios entre países pobres e ricos, principalmente quando registraram os conflitos explorados por movimentos ideológicos.

2. UMA ANTIGUIDADE HISTÓRICA

As civilizações continuavam distanciadas até o século XIV e XV. As informações trazidas do oriente por MARCO POLO quase dois séculos antes, embora postas em dúvida por muitos habitantes do médio oriente e da Europa, vieram a ser confirmadas após a presença de navegadores portugueses e espanhóis que, contornando a África, descobriram o caminho marítimo para as Índias. Passou a ser mais intensa a troca de mercadorias provindas do oriente. Portugal e Espanha firmaram o Tratado das Tordesilhas, referendado pelo Papa, em busca de limites para seus futuros domínios no Ocidente, onde aportara Cristóvão Colombo em 1492.

O mundo começava a ser delimitado e conhecido, em forma globalizada. O que faltava eram os instrumentos de viagens que permaneceram rudimentares por largo tempo. A máquina a vapor do século XIX, a máquina de impressão (Gutenberg) e o uso da eletricidade abriram caminho para novas invenções, como as estradas de ferro, o telefone, a radiocomunicação, o automóvel, aviões. Andando o tempo, tivemos o surgimento das comunicações sem fio mais desenvolvidas, potentes e ilimitadas porque hoje interplanetárias, com espaçonaves tripuladas por pilotos de mais de um país.

Não se pode conceber esse progresso oriundo de um só país. Mais importante para os povos da terra foi a descoberta de novos combustíveis como o petróleo e o gás. Há hoje uma interdependência de países com relação a essas mercadorias, como é o caso da Rússia com petróleo em abundância ao contrário do resto da Europa, salvo Inglaterra e Noruega.

3. OS POVOS SE APROXIMAM

Os povos foram se tornando cada vez mais participativos na vida de uns e de outros. O colapso do socialismo de Estado abriu caminho para expansão mais acentuada da união espontânea em

todos os continentes e em diferentes épocas. Expandiu-se assim, o sistema de economia privada. Hoje, pode-se dizer que o socialismo soviético em 70 a 80 anos, não perdurou por muito tempo. Foram os anos que ficaram no espaço de uma geração. Com o retorno à economia privada na grande maioria dos países antes socialistas, na Europa e Ásia, resta a grande experiência mais duradoura da China, exemplo talvez único que irá permanecer por tempo maior. Talvez será uma experiência para a humanidade por anos, muitos anos!

Mas o que resta da experiência ideológica prática nas Instituições chinesas distancia-se, cada vez menos, de tantos outros povos, governados por sistemas diversos, porque grande é o interesse do mundo na colossal produção de bens chineses e na própria forma em que aquele país encara uma convivência pacífica e global com outros países. Maior deve ser o interesse da própria China, que se desperta para a *integração* através dos organismos internacionais, como o FMI, a OTAN, a OMS, a OMC e muitos outros, cujos membros não seguem o sistema socialista de governo e que são entidades que pressionam pelo entendimento global.

Convém assinalar que a população estupenda da China é um fator de atração para negócios com outras nações e a própria China, com sua população de um bilhão e meio de habitantes, também caminha para ter interesse em travar relações de compra e venda de produtos para consumo alimentar com outras regiões.

Por fim, já se congregaram blocos de países, como no Mercosul, Nafta, Pacto Andino, Associação Sul Africana, para cuidar mais de interesses econômicos, mas que acabam por ampliar os pactos com objetivos de prevenir divergências futuras em tema de política internacional, ou até mesmo para garantia contra a ameaça de abalar o sistema democrático. Tal aconteceu recentemente no Paraguai.

4. A DIPLOMACIA TAMBÉM CONSEGUE REDUZIR CONFLITOS DE INTERESSES. DE FORMA GLOBALIZADA

Além de associações para atender conflitos ou mesmo divergências nas áreas econômicas, culturais, tecnológicas ou científicas, criaram-se nos continentes organizações de aproximação de povos para intervenção quando na iminência de conflitos (O.E.A. nas Américas e a A.S.A. na África). O Brasil e outros países recentemente

desenvolveram esforços para evitar guerra entre o Peru e Equador. A ciência jurídica tem evoluído, e contribuído, de forma semelhante em muitos países, valendo-se de normas consolidadas e aceitas, do Direito Internacional.

Os Estados se organizaram politicamente com base na experiência de outras civilizações. Os regimes de governo e de Estado se repetiram em países novos pela opção que tiveram os membros da antiga comunidade, quando proclamaram o propósito de se tornarem livres e senhores de seu destino. Para darem estrutura e personalidade jurídica ao novo ente de direito público interno, buscaram normas vigentes em anteriores civilizações. Daí serem semelhantes com as mais antigas, as regras sobre formas de governo e de Estado, de muitos povos que surgiram desde as grandes descobertas e desde que se desencadearam as descolonizações dos continentes subjugados. Iniciava-se globalizada a forma de surgimento de civilizações novas. Ou melhor, o surgimento de núcleos populacionais que se tornaram aglomerações notáveis ou mesmo grandes países, Assim, o exemplo da formação dos países latino-americanos e da própria África colonizada.

5. CIÊNCIA E O DIREITO

No tocante, propriamente, à ciência e à legislação, o grande desenvolvimento da imprensa e os lançamentos de livros ensejaram uma inter-relação permanente entre pessoas e entidades culturais, inclusive de juristas. Daí a conseqüente transposição, de uma para outra parte do globo terrestre, de normas, princípios e soluções ao longo do tempo, encontradas em codificações consolidadas e com configurações de Estado assemelhadas. Os Códigos do chamado mundo ocidental, do sistema romano-germânico, acolheram numerosas regras do Direito Romano, via principalmente do Código civil francês e do alemão. Os juristas elaboradores de projetos notáveis para codificação, buscaram inspiração em obras já consagradas, tais como Teixeira de Freitas (Hiering) Clovis Bevilacqua (Hiering), Andrés Bello (Código Civil do Chile), Vélez Sarsfield (Argentina) tiveram sempre como fonte a legislação já consagrada de outros povos. O nosso Código Civil de 1916 muito absorveu do Código Alemão (BGB) e do Código de Napoleão (1804). Os dois últimos Códigos de Proces-

so Civil brasileiro, de 1939 e de 1973, contêm a experiência de povos mais adiantados constantes de seus códigos, como a Alemanha e a Itália. Em outro sentido, a Consolidação das Leis Civis no Brasil, de Teixeira de Freitas, foi fonte indiscutível do Código Civil da Argentina, tal como é reconhecido pelos juristas daquele país.

6- A ADOÇÃO DE NORMAS QUASE IDÊNTICAS ÀS DE OUTROS PAÍSES

Modernamente tem sido freqüente a adoção de regras de conduta, ou de novas normas legislativas, que partem de princípios idênticos aos que já surgiram em outros países. Em Códigos Civis da América Latina foram adotados textos do Direito Romano, via o BGB (Alemão) e do Código Francês de 1804, ainda em vigor. Alguns países chegaram a adotar, quase por inteiro, leis e até Códigos de Países vizinhos (Chile, Peru, Paraguai, Argentina, Venezuela, Haiti). No campo do Direito de Família, a sua atualização ou ampliação periódica, passaram a ser observadas por outros povos e, em muitos casos aceitas, como foi o caso da antiga legitimação adotiva e do divórcio.

Quem não percebe que a discussão sobre questões polêmicas no mundo avança com fundamentos que se repetem em uma ou outra região? É que os dados das pesquisas e de estatísticas abrem os olhos da população para os novos aspectos do problema. Um só exemplo, o da secular questão da pena de morte, bastaria para demonstrar que foi a experiência de muitos países e o resultado em cada um deles na aplicação daquela pena, que a grande parte dos povos segue hoje o caminho da abolição da pena capital de suas legislações.

O Código de Direito e Defesa do Consumidor resultou de um comando constitucional e encerra, por sua vez, em muitas de suas normas, a influência da legislação já vigente em outros países.

Mais recentemente vimos que a novíssima Lei brasileira, de Gestão e Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000) resultou de um primeiro projeto já convertido em Lei na Nova Zelândia. Nossa Lei contém regras que repetem integralmente outras da Lei neo-zelandesa, conforme atestam os primeiros comentaristas da nossa atual Lei.

Na área do Direito Comercial, que teve sempre regras próprias para os ajustes internacionais, tal o dinamismo dos negócios que

interligam os sistemas de contratos mercantis, nunca deixou de existir troca de experiências e entendimento entre pessoas físicas e jurídicas, no fechamento de negócios. Sem se falar na secular experiência dos arbitramentos.

Os estreitos contactos facilitados por rápidos meios de comunicação ou transporte, conduzem a entendimentos e à adoção de medidas e comportamentos por pessoas, governos e organizações internacionais, visando a solução global para crises econômicas e para problemas que antes ficariam restritos aos países onde surgiram.

Tais situações especiais e sérias medidas de um ou outro país passam à ser objeto de cuidados e preocupações de países vizinhos e de outros distantes, porque afetam Bolsas de Valores de muitos centros financeiros e atingem interesses, porque podem por em risco a vida, a saúde, o suprimento de bens e de utilidades vitais *como a água*. Rios comuns de vários países e mares fronteiros de comunidades diversos, começam a ser objeto de reuniões internacionais que visam a utilização adequada do líquido indispensável ao ser humano. Lembramos todos das longas tratativas entre Brasil, Paraguai e Argentina para que se tornasse viável a execução do plano de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que envolvia um rio de largas dimensões. Por alguns anos as discussões a respeito do interesse de cada um dos países fronteiriços foram examinados, até que se chegasse a bom termo e poder, assim, o Brasil construir quase que só para sua própria utilização a maior geradora de eletricidade do mundo.

Houve, a partir da década de 1960, sensível modernização nas ciências sociais, e se acentuou o uso da palavra globalização a ditar procedimentos comuns para Estados, governos, províncias, organizações estatais e regionais.

A turbulência política recente no Paraguai provocou declarações das chefias de governo de países vizinhos, no sentido da preservação do regime democrático naquele país. Foi uniforme a posição de países membros do Mercosul, de revelarem preocupações, por não desejarem a possível quebra do regime democrático naquele país, também membro do Mercosul.

7. O COMÉRCIO MULTILATERAL - PERDÃO DE DÍVIDAS

Os aspectos materiais da globalização situam-se no fluxo de comércio, do transporte, dos sistemas bancários, das normas de arbitragem comercial, de vacinação em massa, que proporcionam ampliação das relações e atividades sociais. Por isso mesmo, normas internacionais foram sendo cada vez mais aceitas, a vincular países ou organismos regionais, com ocorrência de crescimento dos fluxos globais e enredamento de Estados e sistemas mundiais.

A partir de entendimentos mais freqüentes, na tentativa de solução de problemas comuns a dois ou mais países, a globalização se mostrou acelerada e se aprofundou com impacto em negócios bilaterais e multilaterais, em magnitude fora do comum. Até países de pequena expressão na economia mundial nutrem a esperança de se ligarem aos grandes conglomerados, seja para usufruírem do progresso de outros povos, seja até para serem alvo de perdão das dívidas que contraíram sem meios depois de pagarem-nas. O Brasil já perdoou dívidas de Moçambique, recentemente, e há algum tempo de Honduras e outros países da África.

Foram adotados padrões internacionais comuns para produtos industriais e sistema de comércio, interessando utilidades profissionais no combate a epidemias humanas e de animais, além das muito mais antigas padronizações de medidas em geral, ou tamanho de embalagem, de controle sanitário e de qualidade das mercadorias, sempre com forte repercussão nos hábitos da sociedade.

O extraordinário progresso científico e a ânsia do homem de desvendar os segredos da vida no universo proporcionam entendimentos para atividade comum. Chegou-se, por isto, à participação de cientistas, pilotos de aeronaves e pesquisadores em viagens ao espaço, de países diversos com objetivos e experiências comuns.

8. A CRÍTICA DOS CÉTICOS E OS GLOBALISTAS

Os críticos da globalização acentuam que há atualmente apenas um modelo abstrato de economia, cultura global ou sociedade mundial proveniente do que os historiadores chamam a *belle époque* no período de 1890 a 1914. As tendências contemporâneas correspondem às de uma sociedade nacional. Daí entenderem esses céticos que aquelas tendências atuais seriam captadas como de

internacionalização, de "laços crescentes entre economias ou sociedades nacionais essencialmente distintas"³.

Assim, deve continuar a primazia do território, das fronteiras, dos governos locais e nacionais, mantendo-se os poderes de cada país, a sua produção e suas riquezas na ordem mundial. Segundo essa concepção, presa a ideologias arraigadas, os neoliberais consideram que o capitalismo, como ordem social, tem uma lógica naturalmente expansionista que, para manter os lucros, precisa estar sempre explorando novos mercados.

Outra é a análise dos globalistas. Segundo eles reduzir a globalização a uma lógica puramente econômica ou tecnológica é profundamente equivocada. "A globalização é um conjunto de processos inter-relacionados que operam através de todos os campos primários do poder social, inclusive o militar, o político, o cultural e também econômico".

Embora se afirme que "as tendências atuais se acham situadas no contexto de tendências seculares do desenvolvimento econômico mundial", por certo o ritmo da globalização intensificou-se a partir dos anos do entre-guerras (1919/1939). Após o término da Primeira Grande Guerra Mundial, o mundo esforçou-se generalizadamente para se recuperar da extraordinária destruição que restou dos campos de batalha e quando mal se reorganizavam alguns países, sobreveio a recessão geral a partir de grande queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Os produtos agrícolas tiveram seus preços reduzidos sensivelmente, em alguns casos até a um quarto (1/4) de seu valor. Foram mais de 10 anos (de 1929 a 1939) de um quadro negativo da economia que só começou a se alterar com a eclosão da segunda guerra mundial. O café produzido pelo Brasil, beneficiado, ensacado e pronto para ser posto no mercado passou a ser queimado em grandes fogueiras nos próprios municípios produtores. O trigo na Argentina foi jogado em alto mar em grande quantidade e o algodão em superprodução teve também o destino de muitas fogueiras em outros países. O Brasil e muitos países amargaram anos perdidos de atraso em sua economia, *em razão de uma devastadora recessão*, que assolou o país, e que também, infe-

³ Sem que nenhuma nação perca sua soberania, segundo autores citados nas notas anteriores.

lizmente, atravessou quase dez anos de atribulações político-militares (1932, 1934, 1935, 1937, 1939).

A globalização é um fenômeno de forças múltiplas com imperativos econômicos, políticos e tecnológicos. Foram sendo criadas possibilidades de novas formas de organização social, como as redes de produção, de comunicação (satélites em condomínio de países), de Internet, de transportes ultra-rápidos (aviões supersônicos) com recursos comuns a dois ou mais países (trens e túneis internacionais). São os regimes reguladores globais (OMC, Parlamento Europeu, Corte Internacional de Justiça - Haia) a decidirem conflitos fronteiriços, do mar territorial e outros como os chamados contenciosos comerciais (da lagosta, da venda subsidiada de aviões) nos quais o Brasil também se envolveu.

Nas últimas décadas do século XX a ordem internacional moderna dos Estados tornou-se verdadeiramente global, pois foi somente com o fim dos grandes impérios – europeu, norte-americano e da União Soviética (desaparecimento do blocos e de seus países satélites) - que muitos países puderam ingressar em organizações internacionais, reguladores do crédito mundial e das crises monetárias (FMI).

Com o crescimento das organizações internacionais, transnacionais e regionais desde a ONU e seus órgãos especializados (OMS, FAO, OIT), até as de grupos de pressão, como os dos ambientalistas, dos defensores de espécies animais em extinção, dos de combate ao trabalho infantil e outros, alteraram-se o comportamento e as relações entre Estados.

Houve um crescimento estupendo de número de tratados internacionais assinados e em vigor e do número de regimes entre nações, como o de não - proliferação nuclear.

Gerou-se ampla interligação política, em razão de densa rede de atividades entre os principais foros internacionais de formulação política, como reuniões de cúpula da ONU, do G7, do FMI, da OMC, da União Européia, da CEAP (Ásia), do Foro Regional da Associação do Sudeste Asiático - FRANSA) e do Mercosul.

Segundo levantamento recente anunciado, em meados do Século XIX havia duas ou três conferências internacionais por ano, hoje são mais de quatro mil (4.000) anualmente, sejam as de nível de governo, sejam as de caráter profissional, científica, cultural, es-

portiva e outras. São reuniões que estão a cuidar de questões de interesse global sem dúvida.

Por mais que não se acredite, a moeda única (euro) é uma realidade na União Européia. A Europa, num prazo relativamente curto saiu dos escombros do pós-guerra para uma organização política supranacional, em que a soberania de cada país se subordina às áreas de interesse global. Na área do Mercosul, a questão da moeda única já foi suscitada, sendo ainda seu grande entrave, a instabilidade das atuais moedas de cada país.

A cooperação internacional se amplia e vai hoje muito além da geopolítica tradicional e da ânsia de levar o homem a outros planetas. O problema do tráfico de drogas, dos fluxos de capital, da chuva ácida, das atividades dos pedófilos, do terrorismo, da imigração ilegal e outros não conhece fronteiras. O trato conjunto de muitas questões é indispensável para se lidar com as conseqüências de um mundo que se atemoriza com dificuldades comuns sobre o efeito estufa e da ânsia de levar o homem a outros planetas.

Há mudanças, também, na ordem militar mundial. Poucas nações, atualmente, consideram que o unilateralismo e as neutralidades sejam estratégias de defesa confiáveis. O Poder e o papel do Estado – nação territorial - estão em declínio. “O poder político está sendo reconfigurado”, conforme acentuam os citados autores inicialmente invocados e se tornou fácil de compreender após a utilização da arma nuclear na segunda guerra mundial e a posse, hoje sabida, dos segredos da mesma arma por pelo menos cinco países. ♦